



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DOS CRENTES

PROJETO DE LEI Nº 002/2000

Antônio do Carmo de Almeida Filho
Presidente da Câmara
CIC 242.636.723-72

APROVADO
EM 29 / 12 / 00
votos - unanimidade

**DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO DA REMUNERAÇÃO
DOS VEREADORES PARA A LEGISLATURA DE
2001 A 2004 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Antônio do Carmo de Almeida Filho
Presidente da Câmara
CIC 242.636.723-72
O Presidente da Câmara Municipal de SÃO PEDRO DOS CRENTES, ESTADO DO MARANHÃO, faz saber que os vereadores aprovaram e o Prefeito Municipal sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - A remuneração dos vereadores para vigor na legislatura que se inicia em 1º de janeiro de 2001, não poderá ser superior a 5% (cinco por cento) das Receitas Correntes do Município, nos termos da Emenda Constitucional Nº 01 de 31/03/1992 e na emenda Constitucional ocorrida no art. 29-A, que vigorará em 01/01/2001.

Art. 2º - Por sessão extraordinária, até o máximo de 04 (quatro) por mês, os vereadores receberão o valor correspondente a 1/4 (um quarto) da remuneração por cada seção.

Art. 3º - A remuneração de que trata esta Lei não poderá ultrapassar os limites de 75% (setenta e cinco por cento) da remuneração em espécie percebida pelos Deputados Estaduais e de 5% (cinco por cento) da receita municipal.

Art. 4º - Para efeitos desta Lei entende-se como receita municipal o somatório de todos os ingressos financeiros no cofre dos municípios, exceto:

I – a receita de contribuição de servidores destinados à constituição de fundos ou reservas para o custeio de providencia e assistência social, mantidos pelo município e destinados a seus servidores;

II – operação de crédito;

III – receita de alienação de bens móveis ou imóveis;

IV – transferência oriundas da União ou Estado através do convênio ou não para a realização de obras ou manutenção de serviços típicos das atividades daquelas esferas de Governo.

Art. 5º - ao presidente da Câmara será pago mensalmente, o subsídio e mais 100% sobre o mesmo, desde que efetivamente em exercício.



Ata da Sessão de 29 de Dezembro de 2000
Ordem da Câmara
n.º 242.636.723 72

ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DOS CRENTES

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2001.

Art. 7º - ficam revogadas as disposições em contrário.

PLENÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DOS CRENTES,
ESTADO DO MARANHÃO, EM 29 DE DEZEMBRO DE 2000.

Presidente

Vice-Presidente

1º Secretário

2º Secretário



Assinatura
Antonio Nélson da Arruda Costa
Id. n.º da Câmara
111 242.636.723-72

ESTADO DO MARANHÃO

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DOS CRENTES

PROJETO DE LEI Nº 002/2000

APROVADO
EM 29 / 12 / 00
votos unanimidade

DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO DA REMUNERAÇÃO DOS VEREADORES PARA A LEGISLATURA DE 2001 A 2004 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Presidente da Câmara Municipal de SÃO PEDRO DOS CRENTES, ESTADO DO MARANHÃO, faz saber que os vereadores aprovaram eu Prefeito Municipal sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - A remuneração dos vereadores para vigor na legislatura que se inicia em 1º de janeiro de 2001, não poderá ser superior a 5% (cinco por cento) das Receitas Correntes do Município, nos termos da Emenda Constitucional Nº 01 de 31/03/1992 e na emenda Constitucional ocorrida no art. 29-A, que vigorará em 01/01/2001.

Art. 2º - Por sessão extraordinária, até o máximo de 04 (quatro) por mês, os vereadores receberão o valor correspondente a 1/4 (um quarto) da remuneração por cada seção.

Art. 3º - A remuneração de que trata esta Lei não poderá ultrapassar os limites de 75% (setenta e cinco por cento) da remuneração em espécie percebida pelos Deputados Estaduais e de 5% (cinco por cento) da receita municipal.

Art. 4º - Para efeitos desta Lei entende-se como receita municipal o somatório de todos os ingressos financeiros no cofre dos municípios, exceto:

I – a receita de contribuição de servidores destinados à constituição de fundos ou reservas para o custeio de providência e assistência social, mantidos pelo município e destinados a seus servidores;

II – operação de crédito;

III – receita de alienação de bens móveis ou imóveis;

IV – transferência oriundas da União ou Estado através do convênio ou não para a realização de obras ou manutenção de serviços típicos das atividades daquelas esferas de Governo.

Art. 5º - ao presidente da Câmara será pago mensalmente, o subsídio e mais 100% sobre o mesmo, desde que efetivamente em exercício.



Estado do Maranhão
Câmara Municipal de São Pedro dos Crentes
Nº 242.636.723-72

ESTADO DO MARANHÃO

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DOS CRENTES

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2001.

Art. 7º - ficam revogadas as disposições em contrário.

PLENÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DOS CRENTES,
ESTADO DO MARANHÃO, EM 29 DE DEZEMBRO DE 2000.

Presidente

Vice-Presidente

1º Secretário

2º Secretário